



9º Simulado da  
**OAB**

1ª Fase da OAB

## PROVA OBJETIVA

### Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

**Preencha o gabarito:** <http://bit.ly/Simulado-OAB-17-04>



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

**CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB**

Priscila Ferreira

**Questão 1**

O advogado, Fiuk, pretende realizar substabelecimento no processo em que atua como patrono da parte autora, Sra. Carolina, na Justiça do Trabalho. Diante de tal intenção do advogado, assinale a alternativa correta:

- a) No caso de substabelecimento, a verba correspondente aos honorários de sucumbência será devida apenas ao substabelecido.
- b) O substabelecimento do mandato com reserva de poderes exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.
- c) O substabelecido com reserva de poderes deve ajustar antecipadamente seus honorários com o substabelecido.
- d) O substabelecimento do mandato, com reserva de poderes, é ato pessoal do advogado da causa e exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.

**Questão 2**

Em sessão realizada no Conselho Federal da OAB diversas autoridades comparecem para fins de participação na votação sobre o repasse de verbas a determinados órgãos jurídicos.

Acerca da possibilidade de voz e voto na sessão do Conselho Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Os presidentes dos Conselhos Seccionais, nas sessões do Conselho Federal, têm lugar reservado junto à delegação respectiva e direito a voz e voto.
- b) O detentor da Medalha Rui Barbosa possui direito a voto e voz.
- c) O detentor da Medalha Rui Barbosa possui somente direito a voto.
- d) O Ex-Presidente do Conselho Federal, a título honorário, possui somente direito a voz.

**Questão 3**

A advogada Elvira foi convidada a se pronunciar sobre alguns divórcios de famosos que estavam na mídia, bem como sobre a atuação dos advogados frente à divisão de bens. O bate-papo com a advogada ocorreu em programa televisivo de grande repercussão, quando ao final da entrevista, a advogada deixou consignado o telefone de contato do seu escritório e endereço para eventuais consultas jurídicas.

Diante de tais aspectos, assinale a alternativa correta.

- a) Quando convidado para manifestação pública, a advogada pode debater, ainda que haja certo caráter sensacionalista.
- b) Quando convidada para manifestação pública, deve a advogada evitar insinuações com o sentido de promoção pessoal ou profissional.
- c) A advogada quando participar de programa de televisão deve visar a objetivos exclusivamente ilustrativos, educacionais e instrutivos, ainda que com propósito de promoção pessoal ou profissional.
- d) É permitido ao advogado debater causa sob o patrocínio de outro advogado, desde que com cunho educativo.

**Questão 4**

O advogado Daniel do Borel está em dúvida acerca das regras de sigilo profissional no exercício das funções de árbitro.

No que se refere ao sigilo profissional e às relações com os clientes, previstas no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

- a) O sigilo profissional é de ordem pública, e dependendo de solicitação de reserva que lhe seja feita pelo cliente.
- b) O advogado, quando no exercício das funções de árbitro, não se submete às regras de sigilo profissional.
- c) O advogado tem a opção de guardar sigilo dos fatos de que tome conhecimento no exercício da profissão.
- d) O sigilo profissional cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça ao direito à vida e à honra ou que envolvam defesa própria.

**Questão 5**

A advogada Margarida inscrita na OAB-SP passou a ocupar o cargo de Juíza do TJSP. Nesta situação, Margarida ocupando o cargo de Juíza:

- a) poderá advogar, havendo compatibilidade de horários.
- b) continuará inscrita na OAB-SP e exercendo a advocacia, porém ficando impedida de advogar contra a fazenda que a remunera.
- c) terá suspensa a sua inscrição na OAB-SP.
- d) terá cancelada a sua inscrição na OAB-SP.

**Questão 6**

O advogado Domenico, por motivos pessoais, não mais deseja continuar patrocinando determinada causa.

Neste caso, em obediência ao que dispõe o Estatuto da Advocacia e da OAB, o advogado deverá

- a) renunciar ao mandato e continuar representando seu cliente por trinta dias, salvo se este constituir novo advogado antes do término do prazo.
- b) fazer um substabelecimento sem reservas de poderes para outro advogado e depois comunicar o fato ao cliente, que obrigatoriamente deverá aceitar.
- c) comunicar ao cliente a renúncia ao mandato e funcionar no processo nos dez dias subsequentes, caso outro advogado não se habilite antes.
- d) comunicar ao cliente a desistência do mandato e indicar outro advogado para a causa, o qual deve ser, obrigatoriamente, contratado pelo cliente.

**Questão 7**

O advogado Rogério Flauzino exerce suas atividades profissionais em um escritório no Estado de Minas Gerais, território em que estabeleceu o seu domicílio profissional.

Contudo, neste ano, Dr. Flauzino também advogou em seis causas penais no Estado do Espírito Santo.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) A inscrição principal de Flauzino deve ser realizada no Conselho Seccional de Minas Gerais. Além da principal, Flauzino deverá promover a inscrição suplementar no Conselho Seccional do Espírito Santo, já que esta é exigida diante de intervenção judicial que exceda cinco causas por ano.
- b) O Estatuto da Advocacia e da OAB não impõe que Flauzino requeira inscrição suplementar, neste caso.
- c) De acordo com o Estatuto, a inscrição suplementar no Conselho Seccional do Espírito Santo será facultativa.
- d) Com a inscrição no Conselho Seccional de Minas Gerais, Flauzino poderá patrocinar até 7 causas em outros estados.

**Questão 8**

Vandeco e Tortuguita resolvem constituir uma sociedade de advogados especializada na área trabalhista, registrando-a no conselho Seccional da OAB de São Paulo, sede da sociedade.

Assim, acerca do tema sociedade de advogados, assinale a alternativa correta.

- a) Os advogados sócios de uma mesma sociedade profissional podem representar em juízo clientes de interesses opostos.
- b) As procurações devem ser outorgadas a sociedade que os advogados fazem parte, de forma coletiva e genérica.
- c) Os advogados podem integrar mais de uma sociedade de advogados, constituir mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.
- d) Na sociedade pluripessoal, o licenciamento do sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário deve ser averbado no registro da sociedade, não alterando sua constituição.

**FILOSOFIA DO DIREITO**

Jean Vilbert

**Questão 9**

Herbert Lionel Adolphus Hart (1907-1992) nasceu em Londres, Inglaterra, e se tornou professor da Universidade de Oxford. Percebendo que o positivismo jurídico tinha alguns buracos, mas acreditando na força de sua cientificidade, ele buscou suprir as lacunas existentes e adequar o modelo a um país de *common law* (com o direito consuetudinário e os precedentes judiciais com força de lei). No caminho, tornou-se um dos jusfilósofos mais destacados do século XX. No que se refere ao seu conceito de textura aberta, é CORRETO afirmar:

- a) A linguagem objetiva empregada pelo direito torna sua interpretação certa na quase totalidade dos casos.
- b) A “penumbra de dúvida” se refere especificamente aos *hard cases* (casos difíceis).
- c) Os métodos de interpretação são suficientes a resolver as incertezas derivadas da linguagem, afinal, esta é sua função.
- d) Textura aberta é o nome que se dá à abertura de significados possíveis dentro do texto que servirá de base para o juiz na aplicação do direito.

**Questão 10**

Considere a seguinte afirmação de Platão: “Quem comete uma injustiça é sempre mais infeliz que o injustiçado”. De fato, é correto concluir que:

- a) Como a justiça é uma virtude, o justo é obtido pelos sentimentos inatos do homem.
- b) O homem encontra a virtude da justiça em seu interior, por isso o silvícola será sempre mais virtuoso e justo do que o homem da *polis*.
- c) A justiça é uma virtude institucional, pois própria das relações sociais e, por consequência, das relações do Estado.
- d) A justiça está nas leis, em sua obediência, não estando em qualquer virtude externa.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Diego Cerqueira

**Questão 11**

Ao julgar determinado caso, o Supremo Tribunal Federal afirmou que as normas constitucionais devem ser analisadas em conjunto com as demais normas integrantes do sistema jurídico a qual está inserida. A Constituição deve ser interpretada como um todo e não de maneira isolada. Não há que se falar em contradição verdadeira entre as normas constitucionais. Tal interpretação decorre de um princípio específico de interpretação constitucional, denominado princípio:

- a) máxima efetividade.
- b) unidade da constituição.
- c) conformidade funcional.
- d) concordância prática.

**Questão 12**

Ao julgar a ADPF nº 132, o STF, diante da possibilidade de várias interpretações razoáveis sobre o art. 1.723 do Código Civil, que trata sobre a união estável entre homem e mulher, reconheceu a união homoafetiva como família. Muitos juristas discutiram sobre a técnica de interpretação utilizada. A técnica foi:

- a) mutação constitucional formal.
- b) declaração parcial de inconstitucionalidade.
- c) mutação constitucional informal.
- d) interpretação conforme.

**Questão 13**

Determinada associação de âmbito nacional, que congrega fabricantes de cosméticos, ajuíza uma ação direta de inconstitucionalidade contra lei federal que determinou a majoração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre cosméticos produzidos no país. Nesse sentido, entende-se que:

- a) A associação de âmbito nacional não foi elencada pela Constituição da República como um dos legitimados à propositura da ação.
- b) A associação em tela não preenche os requisitos para qualificar-se como legitimado à propositura da ação.
- c) A associação de âmbito nacional deve demonstrar o requisito da pertinência temática para o ajuizamento da ação.
- d) O caráter nacional da associação é verificado pela declaração constante dos seus atos constitutivos.

**Questão 14**

O Senador José, “blogueiro”, continua a escrever matérias para suas redes sociais. Um de seus últimos textos, de grande repercussão, foi a crítica a um livro de romance lançado pelo Senador João, de um partido de oposição. Sentindo-se ofendido em sua honra, João ameaça processar José por danos morais.

- a) é incabível a condenação, pois José, por ser Senador, é inviolável, civil e penalmente, por suas opiniões e palavras.
- b) é cabível a condenação, pois José, em regra, não pode ser processado por suas opiniões, mas essa inviolabilidade não pode ser oposta à ofensa dirigida a outro parlamentar.
- c) é incabível a condenação por danos morais, não se tratando, entretanto, de imunidade parlamentar, mas de corolário da livre manifestação do pensamento.
- d) é cabível a condenação, mas o processo só poderá ser iniciado após o fim do mandato de José.

**Questão 15**

Mia é alemã, estrangeira residente no Brasil há 6 anos, requereu formalmente perante a Prefeitura de Manaus que lhe fosse permitido alterar seus dados pessoais registrados no referido órgão, pois o ano de seu nascimento estaria incorreto. A Prefeitura, no entanto, indeferiu o pedido de Mia, sob o fundamento de que, por não se tratar de brasileiro, não havia a necessidade de que os seus dados pessoais estivessem integralmente corretos. Nessa hipótese, caso não concorde com a situação mencionada, e a partir da disciplina constitucional sobre os remédios constitucionais, Mia:

- a) poderá impetrar mandado de segurança, uma vez que teve violado direito líquido e certo amparado pela Constituição brasileira, ainda que na condição de estrangeiro.
- b) poderá impetrar mandado de injunção, mas apenas poderá fazê-lo após interpor recurso administrativo em face da decisão que indeferiu o seu pedido de retificação de dados.
- c) poderá ajuizar ação popular, mecanismo constitucional assegurado a qualquer pessoa quando constatado abuso do poder do Estado.
- d) poderá impetrar habeas data, remédio constitucional destinado a qualquer pessoa – física ou jurídica – nacional ou estrangeira, para assegurar a retificação de seus dados pessoais, vez que se encontram em banco de dados públicos.

**Questão 16**

Lei do Município de Belém disciplinou a exploração, direta ou mediante concessão, de serviços locais de gás canalizado. À luz das disposições normativas pertinentes e considerando que a Constituição do Estado reproduziu a disciplina da Constituição Federal nessa matéria, referida Lei municipal:

- a) é compatível com a Constituição da República, por se tratar exercício regular de competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local.
- b) é incompatível com a Constituição da República e com a Constituição do Estado, por ofensa à competência privativa da União para legislar sobre recursos minerais, sendo passível de questionamento mediante representação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado.
- c) é incompatível com a Constituição da República e com a Constituição do Estado, por ofensa à competência atribuída ao Estado-membro, sendo passível de questionamento mediante representação de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado.
- d) é incompatível com a Constituição da República, por ofensa à competência privativa da União para legislar sobre recursos minerais, sendo passível de questionamento mediante arguição de descumprimento de preceito fundamental, perante o Supremo Tribunal Federal.

**Questão 17**

Pedro, estudante de Direito, impressionou-se ao ver matéria de TV abordando o tema da greve dos policiais militares. O apresentador do programa falou que era proibido para os militares e também para os servidores públicos fazer greve. Irresignado com a notícia, pois até então acreditava que a greve era direito de todo cidadão, Pedro decidiu enviar mensagens eletrônicas para seu professor de direito. Seu professor, então, acertadamente lhe disse que:

- a) não há previsão constitucional de direito de greve para os militares, mas há para servidores civis, em texto classificado como norma constitucional de eficácia plena.
- b) a constituição federal expressamente prevê o direito de greve para servidores civis e militares e que o faz em norma constitucional de eficácia plena.
- c) a constituição federal prevê o direito de greve para os servidores civis em norma de eficácia limitada e veda o direito de greve aos militares.
- d) não há previsão constitucional de direito de greve para os militares, mas há, sim, tal previsão para servidores civis, em texto classificado como norma constitucional de eficácia contida.

---

**DIREITOS HUMANOS**

---

Ricardo Torques

**Questão 18**

Recentemente, foram veiculadas graves violações aos direitos humanos em determinado estado brasileiro. Você foi procurado (a) pelos familiares das vítimas que, inconformadas, desejam que o caso seja levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Com base no Pacto de San José da Costa Rica, assinale a alternativa correta:

- a) A República Federativa do Brasil poderá alegar, em sua defesa, que não é responsável pelos acontecimentos no estado membro e, assim, não cabe qualquer responsabilização.
- b) O caso poderá ser levado diretamente à Corte, desde que sejam preenchidos os requisitos necessários, a exemplo do esgotamento dos recursos internos.
- c) O caso deverá ser apresentado, primeiramente, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, visto que essa admite peticionamento individual.
- d) Considerando que o caso envolve a República Federativa do Brasil e um estado membro, deve-se peticionar à Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão competente para julgamento do caso.

**Questão 19**

Até o fim de 2018, o Brasil contabilizava 11.231 refugiados já reconhecidos, sendo 72% homens e 28% mulheres. Do total, 36% são sírios, 15% congolezes, 9% angolanos, 7% colombianos e 3% venezuelanos. Imagine que uma cidade fronteiriça, na Região Norte do país, decida expulsar todos os estrangeiros sob o argumento de que os serviços públicos não estavam sendo suficientes para os brasileiros em razão da sobrecarga populacional.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta com base na Convenção Americana sobre Direitos Humanos:

- a) Após o reconhecimento da condição de refugiado, é proibido o reingresso do estrangeiro em seu país de origem.
- b) Os países podem expulsar seus nacionais como forma de expressão de sua soberania.
- c) Toda pessoa tem o direito de buscar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição por delitos políticos ou comuns de qualquer natureza.
- d) É proibida a expulsão coletiva de estrangeiros.

**DIREITO INTERNACIONAL**

Vanessa Arns

**Questão 20**

Britney, uma cidadã canadense domiciliada no Brasil e casada com João, brasileiro, leva os dois filhos do casal, Enzo e Valentina, para o Canadá por tempo indefinido sem o consentimento de João.

Além disso, João encontra na internet a Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro de Menores. Desesperado, João procura os seus serviços para saber como exigir o retorno de seus filhos menores ao Brasil.

Segundo a convenção, é possível afirmar que:

- a) Não há autoridades centrais previstas no acordo, apenas uma possibilidade de contactar advogados estrangeiros que localmente ajudem João a localizar seus filhos no Canadá
- b) Esse não é um caso aplicável à convenção, já que Britney é a mãe das crianças e não uma sequestradora internacional.
- c) A autoridade judicial ou administrativa do Estado requerido é obrigada a ordenar o retorno da criança em quaisquer situações.
- d) A convenção busca assegurar a entrega voluntária da criança ou facilitar uma solução amigável.

**Questão 21**

É possível que decisão estrangeira tenha efeitos aqui no Brasil. Nesse caso, será requerida por ação de homologação de decisão estrangeira, salvo disposição especial em sentido contrário prevista em tratado.

Constituem requisitos indispensáveis à homologação da decisão, exceto:

- a) ser precedida de citação regular, ainda que verificada a revelia;
- b) ser eficaz no país em que foi proferida;
- c) não ofender a litispendência brasileira;
- d) estar acompanhada de tradução oficial, salvo disposição que a dispense prevista em tratado;

---

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

---

**Rodrigo Martins****Questão 22**

'Câmara de Vereadores do Município M aprovou Lei nº 123 concedendo moratória quanto ao pagamento do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana para determinada classe de contribuintes, em função de condições a eles peculiares. Com base nessa lei o contribuinte C apresentou requerimento objetivando a concessão da moratória, comprovando o preenchimento das condições e o cumprimento dos requisitos previstos na lei. Após ter sido concedida a moratória, por meio de despacho da autoridade administrativa, verificou-se o descumprimento, por parte do contribuinte, das condições estabelecidas na lei, o que levou à autoridade administrativa a revogar de ofício a moratória que havia sido concedida. Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta:

- a) A moratória não pode ser revogada, pois o preenchimento das condições e o cumprimento dos requisitos previstos em lei, por parte do contribuinte, no momento da sua concessão, geram direito adquirido.
- b) A moratória instituída pela Lei nº 123 é inviolável, pois não poderia ser concedida somente para determinada classe de contribuintes, constituindo afronta ao Princípio da Isonomia Tributária.
- c) A moratória pode ser revogada, pois o despacho da autoridade administrativa que a concedeu em caráter individual não gera direito adquirido.
- d) A moratória instituída pela Lei nº 123 é inviolável, pois só poderia ser concedida em caráter geral.

**Questão 23**

A pessoa jurídica A é devedora de ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, além de juros moratórios, multa moratória e multa punitiva, relativos aos exercícios de 2017 a 2019. Os referidos créditos tributários foram constituídos por meio de lançamento de ofício no momento da conclusão de um procedimento de fiscalização e estão com a exigibilidade suspensa por força de impugnação administrativa tempestivamente apresentada. Ocorre que a pessoa jurídica A foi incorporada pela pessoa jurídica B em meados de 2020. Assinale a afirmativa correta sobre a eventual responsabilidade tributária da pessoa jurídica B quanto aos créditos tributários constituídos em nome da pessoa jurídica:

- a) A incorporadora B não tem responsabilidade quanto aos créditos tributários lançados em nome da empresa A que foi incorporada.
- b) A incorporadora B é responsável apenas pelo pagamento do ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços e dos juros moratórios, em razão do Princípio da Pessoalidade da Responsabilidade por Infrações.
- c) A incorporadora B é responsável pelo pagamento do ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, dos juros moratórios, da multa moratória e da multa punitiva lançados em nome da empresa A.
- d) A incorporadora B é responsável apenas pelo pagamento do ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, pois, em razão da suspensão da exigibilidade, fica excluída a responsabilidade pelo pagamento das multas e dos demais acréscimos legais.

**Questão 24**

A União propôs Ação de Execução Fiscal em face da pessoa jurídica XYZ para a cobrança do IRPJ - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica do ano-calendário de 2018. O Procurador da Fazenda Nacional requereu, na petição inicial, que fosse determinada a imediata indisponibilidade de bens e direitos da contribuinte, logo após o ato de citação. Nesse caso, o juiz deve indeferir o pedido, pois a decretação da indisponibilidade de bens e direitos pode ocorrer somente após:

- a) O insucesso do pedido de constrição sobre ativos financeiros, sendo desnecessária qualquer outra providência.
- b) A expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado, sendo desnecessária qualquer outra providência.
- c) A expedição de ofícios ao Denatran ou Detran, sendo desnecessária qualquer outra providência.
- d) O exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis, que fica caracterizado quando infrutíferos o pedido de constrição sobre ativos financeiros e a expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado, ao Denatran ou Detran.

**Questão 25**

Após ser citada em Ação de Execução Fiscal proposta pelo Município, a Executada ofereceu fiança bancária para garantir a execução, correspondente ao valor da dívida, acrescido de juros, multa de mora e demais encargos indicados na CDA - Certidão de Dívida Ativa. Ato seguinte, o Procurador do Município foi intimado a se manifestar sobre a garantia oferecida pela Executada, por meio de publicação na imprensa oficial, deixando de se manifestar, no entanto, no prazo que lhe foi concedido. Com base nessa hipótese, assinale a afirmativa correta:

- a) A fiança bancária pode ser oferecida para garantir a Execução Fiscal, porém, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública neste tipo de ação deve ser feita pessoalmente.
- b) A fiança bancária não pode ser oferecida para garantir a Execução Fiscal e a intimação do representante judicial da Fazenda Pública por meio de publicação na imprensa oficial foi irregular.
- c) A fiança bancária pode ser oferecida para garantir a Execução Fiscal, porém, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública neste tipo de ação deve ser feita por meio de carta registrada com aviso de recebimento.
- d) A fiança bancária pode ser oferecida para garantir a Execução Fiscal e a intimação do representante judicial da Fazenda Pública por meio de publicação na imprensa oficial foi regular.

**Questão 26**

O Município M instituiu uma taxa cobrada pela prestação do serviço público municipal de coleta, remoção e tratamento de lixo e resíduos domiciliares (taxa de coleta de lixo domiciliar). O Estado-membro E, ente da federação no qual se localiza o Município M, foi notificado para pagar os lançamentos da referida taxa relativamente aos serviços prestados às escolas estaduais. Sobre a hipótese apresentada, é correto afirmar, sobre a taxa e sobre essa cobrança, que:

- a) A taxa é constitucional e a cobrança é indevida, pois o Estado-membro possui imunidade tributária.
- b) A taxa é constitucional e o Estado-membro não possui imunidade tributária.
- c) A taxa é inconstitucional, pois não é específica.
- d) A taxa é inconstitucional, pois não é divisível.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Igor Maciel

**Questão 27**

Um cidadão do Município de Campos Lindos fez uma representação ao Ministério Público local noticiando, entre outros fatos, que o referido ente municipal adquiriu material hospitalar em quantidade suficiente para usar em 30 (trinta) anos, mas o material possuía prazo de validade de 3 (três) anos, bem como a construção de um ginásio olímpico em padrão exigido pelos Jogos Olímpicos Mundiais, sendo que a cidade não possui nenhum programa voltado ao desenvolvimento esportivo e nem mesmo escolas e hospitais em boas condições de atendimento e funcionamento. Diante dessa situação, foi violado notadamente o princípio constitucional:

- a) da Moralidade.
- b) da Eficiência.
- c) da Continuidade dos serviços públicos.
- d) da Legalidade

**Questão 28**

Maurício, advogado, regularmente inscrito nos quadros da OAB, sofreu uma representação no Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho por estar há três anos sem pagar a anuidade devida. O TED instaurou processo disciplinar por inadimplência de anuidade e condenou o advogado pela infração disciplinar do art. 34, XXIII, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB), aplicando-lhe a sanção de suspensão, prevista no art. 37, I, da Lei nº 8.906/94. Diante dessa situação, ele procurou um amigo também advogado que o informou corretamente:

- a) O conselho de fiscalização profissional pode perpetrar sanção de interdito profissional, por tempo indeterminado até a satisfação da obrigação pecuniária, a fim de fazer valer seus interesses de arrecadação.
- b) O entendimento iterativo do Supremo Tribunal Federal é na direção de as anuidades cobradas pelos conselhos profissionais caracterizarem-se como tributos da espécie “taxas”, nos termos da Constituição da República.
- c) Os Conselhos de Fiscalização Profissional detêm natureza jurídica de autarquias e, dessa forma, possuem as prerrogativas processuais conferidas à Fazenda Pública, como a submissão ao regime de precatórios.
- d) É inconstitucional a suspensão realizada por conselho de fiscalização profissional do exercício laboral de seus inscritos por inadimplência de anuidades, pois a medida consiste em sanção política em matéria tributária.

**Questão 29**

O Governo do Estado X enviou consulta à sua assessoria jurídica informando que deseja contratar entidade privada sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas e outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, visando beneficiar famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca no referido Estado. Foi instaurado o devido processo administrativo, pelo qual restou evidenciado que o valor de mercado estimado para o contrato pretendido é de um milhão de reais. Diante dessa situação, a assessoria jurídica informou corretamente, à luz da Lei 8.666/93 que:

- a) legítima a inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal.
- b) deve necessariamente ser realizado procedimento licitatório, na modalidade concorrência, em razão do valor do contrato.
- c) possível a contratação com dispensa de licitação, por expressa previsão legal.
- d) imprescindível a realização de procedimento licitatório, na modalidade tomada de preços, em razão do valor do contrato.

**Questão 30**

Marcela é servidora pública há muitos anos e, em determinado processo administrativo, ficou reconhecido que ela deveria ter recebido valores da Administração Pública que não foram pagos no período certo. Diante disso, foi realizado um acordo e a servidora recebe todos os meses as parcelas devidas até o pagamento integral da dívida. Esse valor recebido mensalmente varia, considerando que é pago com base em cálculos que levam em consideração a correção monetária e juros aplicáveis. Certo dia, Marcela, observando sua conta-salário, constatou que, durante um ano, o departamento de pessoal pagou mensalmente R\$ 150,00 a mais do que era devido porque os juros foram calculados incorretamente. Diante dessa situação, ela procura você, na qualidade de advogado, que a informa corretamente que:

- a) Os pagamentos indevidos aos servidores públicos decorrentes de erro administrativo de cálculo estão sujeitos à devolução, ressalvadas as hipóteses em que o servidor, diante do caso concreto, comprova sua boa-fé objetiva, sobretudo com demonstração de que não lhe era possível constatar o pagamento indevido.
- b) É cabível a restituição ao erário dos valores recebidos de boa-fé pelo servidor público em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública.
- c) As quantias percebidas pelos servidores em razão de decisão administrativa dispensam a restituição quando há ocorrência de errônea interpretação da Lei pela Administração e é ínsito o caráter alimentício das parcelas percebidas, independentemente de análise da boa-fé.
- d) Não há o dever de devolução em caso de pagamento feito aos herdeiros que, por erro operacional da Administração Pública, continuaram sendo depositados em conta de servidor público após o seu falecimento.

**Questão 31**

A sociedade empresária Delta, após regular procedimento licitatório, foi contratada para a prestação de serviços em regime de parceria público-privada. No curso do contrato, verificou-se a necessidade de aquisição de bens vinculados ao serviço a ser prestado, sendo certo que havia autorização no edital para aporte de recursos a serem efetivados pela Administração Pública para a compra desses equipamentos. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) a Administração Pública pode aportar recursos se os bens reversíveis forem adquiridos através de novo procedimento licitatório.
- b) o contrato somente poderia prever as formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais, entre as quais não pode ser incluído o aporte de recursos.
- c) no caso de aporte de recursos pelo parceiro público para a compra de bens vinculados ao serviço, os bens devem ser revertidos a cada um, na medida dos investimentos feitos, ao fim do contrato.
- d) no caso do aporte de recursos pelo parceiro público para a compra de bens reversíveis, o parceiro privado não receberá indenização pelas parcelas de investimentos vinculadas a tais bens, ainda não amortizadas ou depreciadas.

**Questão 32**

A Controladoria-Geral da União - CGU instaurou, de ofício, procedimento administrativo para apuração da responsabilidade da sociedade empresária Y, após constatar que essa pessoa jurídica estava dificultando atividade de investigação e fiscalização dos órgãos de controle, bem como utilizando sua personalidade jurídica com abuso de direito para dissimular a prática dos atos ilícitos, na execução de contratos com a União. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão que se dará mediante provocação, sendo vedada a instauração de ofício.
- b) Em âmbito federal, a Controladoria-Geral da União - CGU terá competência exclusiva para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas instaurados com fundamento na Lei Anticorrupção.
- c) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.
- d) A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Tribunal de Contas da União de sua existência, para apuração de eventuais delitos.

**DIREITO AMBIENTAL**

Roserval Júnior

**Questão 33**

A Petrobras irá construir mais um oleoduto no estado do RJ. Após análise dos EIA/RIMA, o órgão estadual do RJ não emitiu a licença ambiental da obra dentro do prazo estabelecido na legislação ambiental. Neste caso,

- a) instaurará a competência supletiva.
- b) autorizará a prática de ato que dela dependa ou decorra.
- c) implicará a emissão tácita.
- d) instaurará a competência subsidiária.

**Questão 34**

O DNIT irá construir uma rodovia que irá interligar dois estados da federação, cujo projeto poderá impactar uma terra indígena e uma unidade de conservação federal de proteção integral, criada pela União. Neste caso, marque a opção correta:

- a) o órgão ambiental federal irá licenciar a atividade.
- b) os órgãos ambientais dos dois estados atingidos irão licenciar a atividade, após parecer da Funai.
- c) o órgão ambiental federal em conjunto com os órgãos ambientais dos dois estados atingidos irão licenciar a atividade, com o apoio do DNIT.
- d) o Ministério do Meio Ambiente irá definir por intermédio de portaria qual será o órgão competente, tendo a supervisão do IBAMA.

**DIREITO CIVIL**

Paulo Sousa

**Questão 35**

Regina, sabendo que estava contaminada com Covid, saiu na rua e cuspiu em diversas pessoas que passavam, dentre elas, André, que faz parte do grupo de risco.

Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) Devido ao terror psicológico causado por Regina, André poderá requerer reparação por danos morais.
- b) André não poderia requerer reparação por não ser sofrido dano material algum, sendo cabível caso tivesse se contaminado com Covid.
- c) Caso André fosse contaminado com Covid, só poderia requerer reparação pelos danos materiais sofridos, como gastos com hospital e remédios.
- d) Por se tratar de um novo vírus, mesmo que André fosse contaminado não poderia requerer nenhum tipo de reparação em face de Regina.

**Questão 36**

Mateus herdou a casa de sua avó, Joana, junto com todos os bens que estavam nela. Por se tratar de móveis muito antigos, Mateus decidiu vendê-los. Dentre os bens, estava uma tigela, que Mateus vendeu por R\$ 196,00 (cento e noventa e seis reais). Alguns dias depois, Mateus leu uma notícia em um jornal, onde dizia que a tigela, na verdade, custa R\$ 2,8 milhões de reais. Neste caso, o negócio jurídico realizado por Mateus

- a) É válido, pois Mateus vendeu o objeto por livre e espontânea vontade, não podendo discutir o negócio posteriormente.
- b) Está viciado por dolo, pois Mateus não sabia do real valor da tigela, podendo contestar a validade do negócio jurídico por ele realizado.
- c) Está viciado por erro, uma vez que Mateus ignorava o valor real da tigela, podendo ser anulado no prazo de quatro anos.
- d) Está viciado por lesão, já que Mateus foi prejudicado pela sua inexperiência, aceitando um valor manifestamente desproporcional.

**Questão 37**

Nicole, adolescente de treze anos, começou a publicar em suas redes sociais inúmeras acusações contra seu professor de história, dizendo que ele havia sido preconceituoso com determinado grupo de alunos de sua turma. O suposto caso de preconceito ocorreu durante uma aula, quando o professor mostrou algumas imagens, que seriam ofensivas àquele grupo. Após alguns dias, as acusações de Nicole ganharam grande repercussão e o professor passou a ser perseguido e em seguida assassinado cruelmente, devido às acusações feitas pela jovem. Contudo, descobriu-se que as acusações de Nicole não eram verdadeiras e ela sequer estava presente na aula em que os supostos fatos ocorreram. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta

- a) Nicole será responsabilizada sozinha pela sua conduta, pois os pais não são responsáveis civilmente quando é cometido um ato infracionário.
- b) Nicole será responsabilizada subsidiariamente com seus pais, já que houve violação dos direitos de personalidade do professor e os pais respondem, independentemente de culpa, pelos atos praticados pelos filhos menores.
- c) Nicole não poderá ser responsabilizada civilmente, uma vez que com a morte do professor, não há mais danos a serem reparados.
- d) Nicole e os pais não serão responsabilizados, pois Nicole não teve a intenção de difamar o professor.

**Questão 38**

Laura e Antônio viveram em união estável desde janeiro de 2008, até o falecimento desde último, em novembro de 2019. Antônio tinha dois filhos de seu casamento anterior, Arthur e Aline. Antônio era proprietário de um imóvel que adquiriu em fevereiro de 2005. Este imóvel foi alugado em fevereiro de 2008 e o aluguel era depositado em uma conta bancária de titularidade de Antônio. Além deste imóvel, Antônio possuía uma casa de praia, adquirida em abril de 2006, a casa que morava com Laura, adquirida em março de 2010 e três carros, adquiridos em junho de 2018. Sobre a divisão dos bens de Antônio, assinale a alternativa correta

- a) Laura será meeira nos aluguéis depositados na conta bancária até o falecimento de Antônio, na casa em que morava com ele e nos três carros. Em relação aos demais bens, Laura será herdeira.
- b) Laura será meeira apenas na casa em morava com Antônio e nos três carros, pois o imóvel que estava alugado e os demais bens foram adquiridos antes da união estável.
- c) Laura será meeira nos aluguéis depositados na conta bancária, na casa em que morava com ele e nos três carros. Em relação aos demais bens, Laura será herdeira.
- d) Laura não será meeira em nenhum dos bens deixados por Antônio, uma vez que a meação cabe apenas no casamento, mas não na união estável.

**Questão 39**

Maria Antonieta Bernardini, casou-se com Jean Gomes, substituindo o patronímico Bernardini pelo de seu cônjuge, Gomes, passando a se chamar Maria Antonieta Gomes. Contudo, após alguns meses, Maria Antonieta não se adaptou ao novo patronímico e teve alguns problemas devido à substituição. Além disso, os avós de Maria Antonieta, os únicos membros vivos da família que ainda usavam o patronímico Bernardini estavam muito doentes, pelo que o sobrenome da família poderia desaparecer. Com relação ao caso, assinale a afirmativa correta

- a) Maria Antonieta, apenas poderia voltar a usar o nome de solteira caso se divorciasse de Jean, pois não é possível a mudança durante a constância do vínculo conjugal.
- b) Maria Antonieta, poderá voltar a usar o nome de solteira durante o casamento, caso tenha autorização de Jean para retirar o patronímico dele.
- c) Maria Antonieta, poderá voltar a usar o nome de solteira, desde que apresente justificativas suficientes para tanto.
- d) Uma vez substituído o patronímico, este não poderá ser alterado em nenhuma hipótese.

**Questão 40**

Noé se obrigou a entregar a Lucas 100 sacas de soja ou 100 sacas de feijão. No contrato, as partes estipularam que a escolha seria feita por Lucas um mês antes da data final da entrega. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de obrigação alternativa, porém, a escolha da prestação deve ser feita pelo devedor.
- b) Por ser obrigação alternativa, Noé poderá entregar metade de sacas de soja e metade de sacas de feijão.
- c) Trata-se de obrigação facultativa, podendo Lucas escolher qual das duas prestações melhor lhe convém. Caso o cumprimento da obrigação se torne impossível por culpa do Noé, Lucas poderá exigir a prestação subsistente ou o valor da outra, mais perdas e danos.
- d) Trata-se de obrigação alternativa e, caso o cumprimento da obrigação se torne impossível por culpa do Noé, Lucas poderá exigir a prestação subsistente ou o valor da outra, mais perdas e danos.

**Questão 41**

Aurora possui uma casa que foi construída do jeito que sempre sonhou e a sua estrutura é muito resistente. Contudo, Aurora precisou se mudar do terreno onde a casa foi construída e decidiu levá-la consigo, colocando-a em um veículo próprio e mudando a casa de lugar. Marcos comprou portas e janelas para empregar em sua casa que está sendo construída. Virgínia tem direito a sucessão aberta de seu pai. Luís retirou temporariamente as janelas de sua casa para uma reforma.

Sobre os casos, assinale a alternativa correta.

- a) A casa de Aurora, enquanto está sendo transportada, é considerada bem imóvel. As portas e janelas compradas por Marcos são bens móveis até serem empregadas em sua casa. O direito a sucessão aberta de Virgínia é considerado bem imóvel. As janelas retiradas por Luís para a reforma são consideradas bens imóveis.
- b) A casa de Aurora, enquanto está sendo transportada, é considerada bem móvel. As portas e janelas compradas por Marcos são bens móveis até serem empregadas em sua casa. O direito a sucessão aberta de Virgínia é considerado bem imóvel. As janelas retiradas por Luís para a reforma são consideradas bens móveis.
- c) Apenas o direito à sucessão aberta de Virgínia é considerado bem imóvel.
- d) O único bem móvel citado são as janelas retiradas por Luís para a reforma.

**Estratégia**  
**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**  
OAB

Ricardo Torques

**Questão 42**

Marcelo e Natália são brasileiros que, logo após a graduação, viajaram para Portugal para o mestrado, emendaram com o doutorado e decidiram ficar de vez no país europeu. Em uma das vindas ao Brasil, visitando os familiares, souberam de uma jovem que estava grávida e desejava entregar o filho para adoção. Nesse caso, pode-se afirmar:

- a) Trata-se de uma adoção nacional, visto que os adotantes e adotando são brasileiros.
- b) Marcelo e Natália passarão poucos dias no Brasil e poderão deixar procurações outorgando poderes para seus familiares os representarem no processo de adoção.
- c) O casal deverá formular o pedido de habilitação à autoridade central em matéria de adoção em Portugal e esta, caso julgue o casal habilitado e apto para adotar, emitirá um relatório à Autoridade Central Estadual com cópia para a Autoridade Central Federal Brasileira.
- d) Se um casal de estrangeiros, com melhores condições econômicas e sociais, tiver interesse em adotar a criança, deve-se priorizá-los em observância ao princípio da absoluta prioridade do menor.

**Questão 43**

Arthur e Carla, ambos adolescentes com 17 anos de idade, namoram há 5 anos e resolvem comemorar a ida passando um final de semana romântico na praia de Pipa – RN. Os adolescentes moram em João Pessoa – PB e organizam a viagem junto com os pais, deixando-os cientes de toda a programação. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto que:

- a) Arthur e Carla poderão viajar sem autorização judicial pois esta só é exigida para crianças ou adolescentes menores de 16 anos.
- b) O jovem casal precisará obrigatoriamente de expressa autorização judicial para viajar para Pipa.
- c) Os adolescentes não poderão hospedar-se em hotéis ou pousadas sem a presença dos pais ou responsável.
- d) É crime o ato de hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável.

---

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

---

Igor Maciel

**Questão 44**

Thiago e Andressa decidiram se casar e compraram juntos um apartamento na planta, da incorporadora Concret, em 20/06/2018, financiado em 10 (dez) anos, com entrega prevista para 10/01/2019, um mês antes do casamento acontecer. Ocorre que a incorporadora não concluiu a construção do imóvel no prazo acordado, o qual somente foi entregue em 10/11/2020, quase dois anos após o prazo previsto, tendo o casal adiado o casamento por duas vezes, até que resolveram firmar o casamento e residir um período em um outro imóvel alugado, pelo valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, mesmo montante que eles pagavam de prestação do financiamento do apartamento adquirido. Diante dessa situação, eles procuraram você, na qualidade de advogado, desejando ingressar com ação judicial para serem ressarcidos pelos danos morais e materiais sofridos. Você deve informar corretamente que:

- a) O mero descumprimento contratual, caso em que a promitente vendedora deixa de entregar o imóvel no prazo contratual injustificadamente, acarreta, por si só, danos morais.
- b) A ausência de entrega do imóvel na data acordada em contrato gera a presunção absoluta da existência de danos materiais na modalidade lucros cessantes.
- c) Em situações excepcionais é possível haver a condenação em danos morais, desde que devidamente comprovada a ocorrência de uma significativa e anormal situação que repercute na esfera de dignidade do comprador.
- d) Apesar da frustração com a incorporadora ser inegável, o evento pode ser caracterizado como mero aborrecimento, evidenciando somente prejuízo de ordem material.

**Questão 45**

Um médico-cirurgião, funcionário de determinado hospital privado, durante a realização de uma cirurgia, amputou a perna de Fábio e apontou que o procedimento foi feito para salvar a vida do paciente. Em sindicância interna do hospital, foi comprovado que o dano suportado pelo paciente não era imprescindível para salvar sua vida. Diante disso, ele procurou você, na qualidade de advogado, que o informou corretamente que:

- a) a responsabilidade dos hospitais, no que tange à atuação dos médicos que neles trabalham ou são ligados por convênio, é objetiva, por se tratar de fato do serviço.
- b) a responsabilidade dos hospitais, no que tange à atuação dos médicos contratados que neles laboram, é subjetiva, dependendo da demonstração de culpa do profissional.
- c) a responsabilidade do hospital configura-se independentemente da comprovação de culpa do médico integrante de seu corpo profissional.
- d) o médico e o hospital respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

**DIREITO EMPRESARIAL**

Alessandro Sanchez

**Questão 46**

A Empresa Tele Ltda distribuiu um pedido de falência contra a empresa Maguila Mito artigos íntimos Ltda, sendo o processamento deferido pelo juiz. A empresa Pi - Eireli deve apresentar contestação no prazo de:

- a) 15 dias a contar da intimação do devedor;
- b) 60 dias a contar da publicação da petição falimentar;
- c) 5 dias a contar da garantia do juízo;
- d) 10 dias a contar da citação do devedor.

**Questão 47**

A Sociedade Comercial Beta S/A tem o seu capital social dividido em ações, sendo a responsabilidade dos sócios limitada ao preço de emissão das respectivas ações subscritas ou adquiridas. O seu funcionamento está sob o controle fiscalizador e comando econômico das autoridades governamentais. Com base na lei das Sociedades por Ações, assinale a opção INCORRETA:

- a) As S/A têm seu capital dividido em Ações, cada ação representa uma fração do capital de uma S/A, sendo este capital limitado no preço da emissão. A empresa só emite a ação com autorização da CVM.
- b) A sociedade anônima terá seu patrimônio comunicável com o individual de cada um de seus sócios.
- c) As ações das S/A quanto à natureza dos seus direitos podem ser: Ações Ordinárias ou Comuns, Preferenciais ou Fruição ou de Gozo.
- d) Quanto à forma, as ações são emitidas pelas S/A podem ser: Nominativas, com ou sem valor nominal ou Ações Escriturais.

**Questão 48**

A Empresa individual de responsabilidade limitada PIRANHA EIRELI, titularizada por Cristiano Rodrigues o consulta sobre a possibilidade de afastamento da expressão "EIRELI" ao final do nome, apenas para a fachada da empresa.

- a) A hipótese não é possível, já que o nome é personalíssimo.
- b) A hipótese é possível já que a EIRELI pode se utilizar de firma ou denominação.
- c) É medida possível já que não se trata de Nome Empresarial, mas título do estabelecimento e inclusive pode ser alienada em um contrato de trespasse.
- d) O titular não pode alienar o título do estabelecimento, já que personalíssimo.

**Questão 49**

A marca é:

- a) protegida por 10 anos a contar da concessão.
- b) improrrogável.
- c) protegida nas mesmas condições do nome tridimensional.
- d) é protegido por 15 anos a contar do registro marcário.

**Questão 50**

A respeito do cheque, é CORRETO afirmar:

- a) Cheque prescrito não pode, em hipótese alguma, ser protestado no cartório de protesto de títulos de crédito, sob pena de o apresentante responder civilmente por ato ilícito, podendo, assim, ser obrigado a reparar danos materiais e morais do emitente.
- b) Cabe ao tabelião de protesto, devendo ele investigar a ocorrência da prescrição do cheque lhe apresentado a protesto, a fim de evitar a ocorrência de danos ao emitente e de responder, solidariamente, pela sua reparação.
- c) Tendo em vista que o cheque é ordem de pagamento à vista, sendo considerada não escrita qualquer menção ou cláusula contratual em contrário (Lei nº 7.357, de 02 de setembro de 1985), nenhum dano sofrerá o emitente, caso o beneficiário apresente o cheque pré-datado (ou pós-datado, como preferem alguns) à cobrança antes da data nele prevista para pagamento.
- d) De acordo com o enunciado 503 da súmula do Superior Tribunal de Justiça, o prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Ricardo Torques

**Questão 51**

João Pedro recebeu algumas notícias ruins e, para extravasar a raiva, acabou causando danos a um prédio da União. Nesse caso, qual será o juízo competente para processar e julgar a ação indenizatória?

- a) A capital do Estado membro onde João Pedro reside.
- b) Brasília, no Distrito Federal, sede do Governo Federal.
- c) O foro do domicílio de Pedro.
- d) O foro da sede da Advocacia Geral da União no Estado membro onde Pedro reside.

**Questão 52**

Vitória e Thaís celebraram negócio jurídico processual modificando a competência para processar e julgar a contenda entre elas. Com base nessa informação, pode-se afirmar corretamente:

- a) As partes podem ter convencionado acerca da competência determinada em razão da pessoa ou da função.
- b) O foro contratual convencionado por Vitória e Thaís obriga seus herdeiros e sucessores.
- c) A eleição de foro firmada pelas partes pode produzir efeitos ainda que tenha sido estabelecida verbalmente.
- d) As partes podem modificar a competência em razão da pessoa e do território.

**Questão 53**

A operadora de telefonia de Gilberto cobrou pelos serviços em duplicidade. Desatento, Gilberto efetuou os pagamentos e, ao perceber o engano, pediu que você, como amigo e advogado, ajuizasse a ação cabível. Em relação à procuração, necessária para o ato, pode-se afirmar:

- a) Não pode ser assinada digitalmente, cabendo a Gilberto comparecer ao escritório para assinar pessoalmente o instrumento de mandato.
- b) A procuração deve apresentar toda a qualificação de Gilberto, dispensando-se as informações sobre o advogado.
- c) Em regra, a procuração outorgada na fase de conhecimento é eficaz para todas as demais fases do processo.
- d) A declaração de hipossuficiência econômica é ato personalíssimo e, assim, não poderá ser assinada por advogado.

**Questão 54**

Ana Carolina estava dirigindo calmamente para o escritório quando, de repente, sentiu um impacto na traseira do seu carro. Embora fosse visível a desatenção de João, este recusou-se a arcar com o prejuízo de Ana Carolina e, por isso, a advogada viu-se obrigada a demandar judicialmente o motorista descuidado. Considerando que o carro de João tem seguro que cobre prejuízos próprios e a terceiros, qual a medida adequada para que a seguradora integre o polo passivo da demanda junto com o motorista?

- a) *Amicus Curiae*.
- b) Denúnciação da lide.
- c) Chamamento ao processo.
- d) Nomeação à autoria.

**Questão 55**

Seu irmão é um médico ortopedista que regularmente é intimado para atuar como perito de ações acidentárias. Sobre referido auxiliar da justiça, pode-se afirmar:

- a) Para que seja dispensado do ofício, o perito deve apresentar a escusa no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação.
- b) Por auxiliar à justiça no esclarecimento de determinados aspectos da lide, o perito não pode negar-se a cumprir o encargo que lhe foi conferido.
- c) Os peritos, como auxiliares da justiça, não estão sujeitos a qualquer forma de responsabilização.
- d) Na localidade onde não houver perito inscrito no cadastro disponibilizado pelo tribunal, o magistrado deverá requerer que a comarca mais próxima forneça profissional qualificado para o exercício do encargo.

**Questão 56**

Rosa está sem saber como promover a citação de Margarida, visto que a ré se encontra em local incerto. Desse modo, qual a medida processual adequada?

- a) A citação de Margarida deverá ser realizada por oficial de justiça.
- b) A citação deve ser realizada por carta com AR. Não sendo encontrada, decreta-se a revelia e todos os seus efeitos.
- c) Deve-se requerer a citação por edital, cabendo responsabilização de Rosa caso alegue a incerteza quanto à localização de Margarida de modo doloso.
- d) A citação deve ser realizada pelo chefe de secretaria.

**Questão 57**

Mario Jorge foi intimado pessoalmente para, dentro do prazo legal, pagar o débito da prestação alimentícia, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Assinale a alternativa correta sobre o cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos:

- a) Mario Jorge pode, em sua defesa, comprovar fato que gerou a impossibilidade absoluta ou relativa de pagar.
- b) O juiz mandará protestar o pronunciamento judicial e decretar a prisão de Mario Jorge pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.
- c) Rita, mãe das crianças, autora da ação, deverá promover o protesto do pronunciamento judicial e o juiz poderá decretar a prisão de Mario Jorge pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.
- d) A prisão de Mario Jorge deverá ser cumprida em regime semiaberto para que possa trabalhar normalmente e adimplir as obrigações alimentícias.

**DIREITO PENAL**

Cristiano Rodrigues

**Questão 58**

Flavio, se aproveitando do horário de saída de uma escola, e mediante emprego de grave ameaça com uma faca, conduz Renata, menor de 17 anos de idade, para um estacionamento onde pratica com ela conjunção carnal mediante grave ameaça, fugindo em seguida. Acontece que na semana seguinte volta ao mesmo local, no mesmo horário, e realiza o mesmo fato contra Fernanda, jovem de 15 anos.

Três dias depois deste segundo ato, é publicada uma lei que aumenta a pena de crimes sexuais praticados contra vítimas maiores de 14 e menores de 18 anos. Na semana seguinte, aproveitando-se das mesmas condições, Pedro volta ao local e realiza sexo anal, mediante violência, dessa vez contra Ricardo, jovem de 17 anos, porem, logo em seguida, é preso em flagrante pela polícia.

De acordo com o entendimento sumulado pelo STF, marque a alternativa correta:

- a) Flavio responde pelos dois estupros sem o aumento de pena em face da irretroatividade e pelo atendo violento ao pudor com aumento da pena
- b) Flavio responde pelos dois primeiros estupros sem o aumento de pena, e pelo terceiro crime com a pena aumentada em face da nova lei
- c) Flavio terá a pena dos três crimes somadas, mas o aumento de pena incidira separadamente em cada crime praticado.
- d) Flavio responde por três crimes de estupro, em crime continuado com e com o aumento de pena da presente na nova lei

**Questão 59**

A Teoria do Domínio do Fato, vem sendo adotada pelo STF em nosso ordenamento jurídico como base para delimitação da autoria, coautoria e participação. Em uma situação concerta, Rodrigo leva Pedro, menor com 10 anos de idade, a transportar drogas ilícitos para um outro bairro da cidade. Descobertos os fatos e de acordo com esta referida teoria pode-se afirmar que

- a) entende-se que Rodrigo e Pedro são autores ja que intervieram no processo causal de realização do tipo, independentemente da importância que a sua colaboração possua dentro da totalidade do fato e da sua idade, questão que só tem interesse no momento da fixação da pena.
- b) é aceita pelos doutrinadores nacionais embora não seja aceita pela jurisprudência, e neste caso Rodrigo será autor enquanto Pedro mero participe impunível.
- c) entende-se Rodrigo como autor, pois domina a realização do fato por Pedro, tendo poder sobre ele, bem como todo aquele que tem controle sobre a vontade alheia; participe é quem não domina a realização do fato, mas contribui de qualquer modo para ele mediante acordo de vontades.
- d) não tem aplicação prática no direito penal brasileiro, e neste caso Rodrigo será autor enquanto Pedro mero participe impunível.

**Questão 60**

Com relação aos princípios fundamentais de direito penal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os crimes praticados na vigência das leis excepcionais, quando criadas por estas, não se sujeitam aos efeitos da abolitio criminis em razão do término de sua vigência.
- II. Os crimes praticados na vigência das leis penais em branco, quando criadas por estas, se sujeitam aos efeitos da abolitio criminis em razão da sua revogação.
- III. A criação de novo tipo penal incriminador, em certos casos emergenciais, poderá ser realizada por meio de medida provisória, sem que haja ofensa ao princípio da reserva legal.

Assinale a alternativa correta:

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente a afirmativa II estiver correta.
- d) se somente afirmativa I estiver correta.

**Questão 61**

Sentindo-se acuado por um cão de grande porte, que está sendo atizado contra ele por um colega de trabalho, e não tendo para onde fugir, o policial militar Marcos matou o animal com único disparo de arma de fogo. Ocorre que o cão pertencia a Edson, era manso e, o colega apenas estava fazendo uma brincadeira para assustar o amigo Marcos, que conhecidamente tinha medo de cachorros. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que, de acordo com o Código Penal, a conduta de Marcos:

- a) não configurou infração penal punível, em razão de exclusão da ilicitude por Estado de necessidade putativo.
- b) não configurou infração penal punível, em razão de legítima defesa putativa pelo erro de proibição.
- c) não configurou infração penal punível, em razão do erro de tipo permissivo.
- d) configurou crime de dano doloso contra o patrimônio de Daniel.

**Questão 62**

Renato, transportava e portava, em seu carro, 4 armas de fogo de grosso calibre, sendo que três embaixo do banco do carona e uma, em sua cintura. Durante uma blitz de rotina foi abordado por policiais militares, quando foram apreendidas todas as referidas armas. Diante disso, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Renato pela prática de quatro crimes de porte de arma de fogo de uso restrito, todos na modalidade de concurso material de crimes (Art. 16 da Lei nº 10.826/03, por quatro vezes, na forma do Art. 69 do Código Penal). Foi confirmado pela perícia técnica que as armas possuíam efetivo potencial lesivo, bem como que as armas eram mesmo de uso proibido e que estavam com a numeração de série aparente.

Considerando-se todos os fatos narrados, como advogado(a) de Rodolfo, você deverá defender o reconhecimento:

- a) do concurso formal imperfeito de crimes entre os quatro crimes imputados ao agente.
- b) da continuidade delitiva entre os 4 delitos, praticados nas mesmas circunstâncias de tempo, lugar e modo de execução.
- c) do concurso formal perfeito entre os três crimes, em continuidade delitiva com o quarto delito cometido já que as armas se encontravam em locais diferentes no carro e na cintura do autor.
- d) de um crime único, de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

**Questão 63**

No dia 25 de setembro de 2011, após uma discussão no trabalho quando todos comemoravam os 19 anos de Antonio, este desferiu uma facada no braço de Leonardo que ficou revoltado e ligou para a Polícia, sendo Antonio preso em flagrante pela prática do crime de homicídio tentado, obtendo liberdade provisória logo em seguida. O laudo de exame de delito constatou a existência apenas de lesão corporal leve. A denúncia foi oferecida em 22 de setembro de 2013 e recebida pelo juiz em 27 de setembro de 2013. Após a primeira fase do procedimento do Júri, em que a vítima compareceu confirmando os fatos, inclusive dizendo acreditar que a intenção do agente era efetivamente matá-la, e demonstrou todo seu inconformismo com a conduta do réu, Antonio foi pronunciado, sendo a decisão publicada em 22 de setembro de 2015. Submetido a julgamento em sessão plenária em 18 de agosto de 2017, os jurados afastaram a intenção de matar, e então desclassificaram a conduta para o crime de lesão corporal simples, com pena máxima prevista de 01 ano. Lembrando que, o Código Penal prevê que penas de 01 a 02 anos prescrevem em 04 anos.

Chamado(a) para atuar como advogado(a) de Antonio, e considerando apenas as informações apresentadas, você deverá requerer a declaração de extinção da punibilidade pela:

- a) decadência, por ausência de representação da vítima.
- b) prescrição da pretensão punitiva, pelo decurso do prazo prescricional entre a data do oferecimento da denúncia e a da publicação da decisão de pronúncia.
- c) prescrição da pretensão punitiva, pelo decurso do prazo prescricional entre a data do fato e a do recebimento da denúncia.
- d) prescrição da pretensão punitiva, porque entre a data do recebimento da denúncia e do julgamento pelo júri decorreu mais tempo que o prazo prescricional.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Ivan Marques

**Questão 64**

A respeito da citação do réu preso, aponte a alternativa correta:

- a) se o réu estiver preso, a citação será feita por edital.
- b) se o réu estiver preso, ele não será citado.
- c) se o réu estiver preso, a citação será feita por requisição.
- d) se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.

**Questão 65**

Aponte a alternativa correta a respeito das nulidades após a pronúncia:

- a) O Ministério Público não poderá fazer referências ao silêncio do acusado em seu prejuízo.
- b) Não há impedimento ao uso da pronúncia, pelo Ministério Público, para o convencimento dos jurados.
- c) A regra no júri é o réu permanecer algemado.
- d) A presença do réu no julgamento é obrigatória.

**Questão 66**

A respeito dos recursos no processo penal, aponte a alternativa CORRETA:

- a) O Ministério Público não poderá renunciar ou desistir de recursos que tenham previsão legal.
- b) Se o Ministério Público não quiser recorrer, o assistente de acusação deverá fazê-lo.
- c) O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.
- d) O Ministério Público, em caso de absolvição do réu, estará obrigado a recorrer por força de sua legitimidade extraordinária.

**Questão 67**

Cleber, juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Niterói - RJ, condenou Carlos a 8 anos de reclusão em regime fechado. O réu foi intimado da decisão no dia 15 de abril de 2021 (quinta-feira) e o seu advogado foi intimado da decisão no dia 16 de abril de 2021 (sexta-feira). A respeito do prazo e do recurso a ser interposto, aponte a alternativa correta:

- a) Caberá apelação, no prazo de 15 dias, com o primeiro dia do prazo no dia 19 de abril.
- b) Caberá apelação, no prazo de 5 dias, com o primeiro dia do prazo no dia 16 de abril.
- c) Caberá apelação, no prazo de 15 dias, com o primeiro dia do prazo no dia 16 de abril.
- d) Caberá apelação, no prazo de 5 dias, com o primeiro dia do prazo no dia 19 de abril.

**Questão 68**

A respeito da cadeia de custódia, aponte a alternativa que contém a informação correta:

- a) O início da cadeia de custódia dá-se com a elaboração do primeiro laudo pericial.
- b) O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime.
- c) O início da cadeia de custódia dá-se com a retirada do vestígio do local de crime.
- d) O início da cadeia de custódia dá-se com a prática do delito.

**Questão 69**

Plínio foi denunciado pela prática dos crimes de lesão corporal, ameaça, injúria e estupro de vulnerável contra a sua esposa. Após o regular trâmite da instrução criminal, Plínio, em seu interrogatório, decide confessar apenas a injúria e a ameaça. Minutos depois, durante as alegações orais apresentadas pelo MP, Plínio interrompe a todos e diz: "não quero mais confessar. Quero voltar atrás e ficar em silêncio." A respeito dessa situação, responda:

- a) a confissão é divisível no processo penal, mas não admite retratação após o término do interrogatório.
- b) a confissão é retratável no processo penal, mas não é divisível por força do princípio da correlação entre a acusação e a sentença.
- c) A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz.
- d) A confissão não será divisível nem retratável, caracterizando-se como um ato jurídico perfeito.

**Questão 70**

O Sindicato dos Trabalhadores "X" está acordando com o Sindicato Patronal "Y" a flexibilização e supressão de alguns direitos trabalhistas. Acerca do tema, constitui objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, o seguinte direito:

- a) Trabalho intermitente.
- b) Regulamento empresarial.
- c) Repouso semanal remunerado.
- d) Prêmios de incentivo em bens ou serviços.

**Questão 71**

Joaquim foi contratado para trabalhar na Instituição de Beneficência “Covid-19 em Jovens” na função de psicólogo, realizando acompanhamento psíquico e emocional aos enfermos cadastrados no programa, que é de cunho gratuito aos seus usuários. A instituição em questão vive de doações para a manutenção do local. Em relação às peculiaridades da relação de trabalho e emprego e os sujeitos no contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) A “Covid-19 em Jovens” por ser uma instituição beneficente, não pode figurar como empregadora de Joaquim.
- b) Poderá haver uma relação de emprego entre a “Covid-19 em Jovens” e Joaquim, desde que estejam presentes os elementos caracterizadores: pessoalidade, gratuidade e subordinação de caráter não eventual.
- c) Caso Joaquim opte pela abertura de uma empresa individual para a prestação de seus serviços como psicólogo, poderá ser contratado como empregado na “Covid-19 em Jovens”.
- d) Joaquim poderá ser contratado como empregado na Instituição de Beneficência, ora mencionada, desde que estejam presentes os elementos caracterizadores: pessoalidade, pessoa física, onerosidade, subordinação e não eventualidade.

**Questão 72**

Sr. Fiuk, 40 anos, casado com Sra. Juliette, foi contratado pelo Supermercado “Bom&Barato” Ltda., laborando no estoque da empresa, especialmente, na área de produtos perecíveis.

Em determinado dia, o Supervisor do Setor solicitou ao Sr. Fiuk a realização de horas extras, em razão de um descarregamento de carnes bovinas que estava para chegar no mercado, e que havia se atrasado pelos movimentos grevistas que estavam acontecendo na região.

Diante da situação retratada, assinale a alternativa correta.

- a) Se houver previsão em negociação coletiva, o empregado poderá prestar horas extras, limitadas a 2 horas extras, e as quais devem ser pagas com adicional de 25%.
- b) Se houver previsão em negociação coletiva, o empregado poderá prestar horas extras, limitadas a 4 horas extras, e as quais devem ser pagas com adicional de 25%.
- c) O empregado poderá prestar horas extras, limitadas a 2 horas extras, e se houver autorização do Ministério do Trabalho.
- d) O empregado poderá prestar horas extras, limitadas a 4 horas extras, e independe de autorização do Ministério do Trabalho.

**Questão 73**

Rodolfo trabalha como segurança particular, 4 dias na semana, em jornada de 8 horas diárias, de um importante empresário baiano há 3 anos. Por tal razão, Rodolfo acompanha o empregador até nos seus negócios em Salvador e, eventualmente, ainda, o conduz para a fazenda de lazer.

Considerando a condição jurídico-trabalhista de Rodolfo, assinale a alternativa correta, acerca da possibilidade de redução do intervalo intrajornada.

- a) O intervalo intrajornada do empregado não pode ser flexibilizado, devendo-se observar o período mínimo de 1 hora.
- b) O intervalo intrajornada do empregado pode ser flexibilizado, por meio de acordo individual, observado o período mínimo de 30 minutos.
- c) O intervalo intrajornada do empregado pode ser flexibilizado, apenas por meio de negociação coletiva, observado o período mínimo de 30 minutos.
- d) O intervalo intrajornada do empregado pode ser flexibilizado, apenas por meio de autorização do Ministério do Trabalho, observado o período mínimo de 45 minutos.

**Questão 74**

Sr. Ermenegildo labora como segurança noturno no Sacolão de São Paulo. Em determinado dia, durante o expediente, o empregado foi flagrado furtando objetos de valor no interior do escritório da empresa.

Ao constatar o fato, o empregador entendeu por rescindir seu contrato de trabalho por justa causa, na seguinte modalidade:

- a) Desídia.
- b) Incontinência de conduta.
- c) Insubordinação.
- d) Ato de improbidade.

**Questão 75**

Vih Tube, Juliete e Gilberto são empregados da empresa "XPTO". Todos os dias, Vih Tube, Juliete e Gilberto chegam à empresa aproximadamente vinte minutos antes do início da jornada de trabalho. Durante esse período, Vih Tube alimenta-se com o seu café da manhã; Juliete estuda para o seu curso de alemão; e Gilberto utiliza o tempo para colocar o uniforme tranquilamente, mesmo não sendo obrigatória a realização da troca na empresa.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, não se considera tempo à disposição do empregador, o mencionado tempo gasto por

- a) Vih Tube para alimentação e Gilberto para troca de roupa, apenas.
- b) Vih Tube para alimentação e Juliete para estudo, apenas.
- c) Vih Tube para alimentação, Juliete para estudo e Gilberto para troca de roupa.
- d) Juliete para estudo e Gilberto para troca de roupa, apenas.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

Priscila Ferreira

**Questão 76**

Zeca trabalhou de forma totalmente informal perante uma determinada empresa no interior de São Paulo. Contudo, no local de labor, ele tinha apenas um companheiro de trabalho que não falava português, mas que aceitou testemunhar ao seu favor no processo trabalhista em trâmite.

Nesta situação, Zeca requereu ao magistrado a nomeação de um intérprete, o que foi deferido.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O custeio dos honorários do intérprete será pela parte sucumbente, salvo se beneficiária de justiça gratuita.
- b) O custeio dos honorários do intérprete será pela parte interessada no depoimento da testemunha.
- c) O custeio dos honorários do intérprete deve ser arcado pelo réu, se não beneficiário da justiça gratuita.
- d) A União deverá arcar com o custeio dos honorários do intérprete.

**Questão 77**

Vanderson era empregado de uma Mineradora no interior de Minas Gerais há cinco anos, quando foi surpreendido, em janeiro de 2021, com uma rescisão unilateral pelo seu empregador. Considerando-se lesado no recebimento das verbas rescisórias, o trabalhador buscou firmar acordo extrajudicial com a antiga empregadora. Na hipótese narrada,

- a) o trabalhador poderá requerer pessoalmente ao judiciário trabalhista, de modo escrito ou verbal, a homologação do acordo.
- b) o trabalhador e a antiga empregadora poderão propor a homologação do acordo mediante processo de jurisdição voluntária, representados por advogado comum.
- c) o juiz do trabalho, ao deferir o pedido, poderá executar de ofício as contribuições sociais relativas ao objeto do acordo que homologar.
- d) o juiz do trabalho, ao receber o pedido de homologação do acordo extrajudicial, designará audiência, mesmo que as partes sejam assistidas por advogado comum.

**Questão 78**

João da Rocha, empregado público, postula direitos trabalhistas, em causa própria, frente a Justiça do Trabalho. Em inicial trabalhista, o empregado informou que sua renda familiar era de dois salários-mínimos.

Atualmente, o processo encontra-se na fase recursal no TST.

A partir dessas informações, é correto afirmar que

- a) a reclamada é a União.
- b) não se admite mais a celebração de acordo entre as partes.
- c) não é permitida a concessão do benefício da justiça gratuita.
- d) o empregado é advogado.

**Questão 79**

Em sede de audiência trabalhista entre o empregado, Thiago Lifer, e a empregadora, “BBB” Empreendimentos, o magistrado tentou conciliar as partes, o que foi frutífero, de forma a se homologar um acordo de 100 mil reais na audiência inaugural.

Conforme normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, as custas processuais

- a) caberão em partes iguais aos litigantes, sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado.
- b) serão de responsabilidade do reclamante que irá se beneficiar com proveito econômico do acordo.
- c) serão dispensadas pela União nos casos de conciliação em processo trabalhista.
- d) ficarão a cargo da reclamada, em razão do princípio da hipossuficiência do trabalhador.

**Questão 80**

O empregado doméstico, Alcides, pretende dispensar o seu auxiliar do lar, Ferdinando, e o comunica da sua decisão. Contudo, no dia determinado para o pagamento das verbas rescisórias, o empregado não mais comparece, e tampouco consegue ser localizado.

Nesta situação, querendo evitar a multa pelo atraso no pagamento, o empregador deve

- a) ajuizar ação monitória na Justiça do Trabalho.
- b) ajuizar ação de consignação em pagamento na Justiça do Trabalho.
- c) propor acordo extrajudicial para homologação na Justiça do Trabalho.
- d) ajuizar ação monitória na Justiça Cível.

## ***Conheça nossos cursos:***

**[Curso para a 1ª fase:](#)**

**<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>**

## ***Conheça nosso Sistema de Questões!***

**[ASSINE: Estratégia Questões:](#)**

**<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>**



**Estratégia**  
OAB